



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo Nº : 13804.000909/91-19  
Recurso Nº : 116.414 - EX OFFICIO  
Matéria: : IRPJ Ex. 1989  
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO -SP  
Interessada : CEBRACE - COMPANHIA BRASILEIRA DE CRISTAL  
Sessão de : 04 de junho de 1998  
Acórdão Nº : 103-19.465

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO "EX-OFFICIO" -  
Não se conhece o recurso "ex-officio" , interposto pela autoridade monocrática que exonera o sujeito passivo de crédito tributário em montante inferior a R\$ 500.000,00, considerados os lançamentos principal e decorrentes.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO TOMAR conhecimento de recurso ex officio abaixo do limite de alçada, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

SILVIO GOMES CARDOZO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 17 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: EDSON VIANNA DE BRITO, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, SANDRA MARIA DIAS NUNES, NEICYR DE ALMEIDA E VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE.

*lacas*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo Nº : 13804.000909/91-19  
Acórdão Nº : 103-19.465  
Recurso Nº : 116.414 - EX OFFICIO  
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO - SP

R E L A T Ó R I O

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP, com base no Artigo 34 do Decreto Nº 70.235/72, com a nova redação dada pela Lei Nº 8.748/93, recorre a este Colegiado da sua decisão de cancelamento da Notificação de Lançamento Suplementar (fls.02/03) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, lavrado contra a empresa CEBRACE - COMPANHIA BRASILEIRA DE CRISTAL, já devidamente identificada no processo.

Através da Decisão DRJ/SPO/SP Nº 013.408/97 - 11.2715, às folhas 42/43, a autoridade julgadora de primeira instância, julgou improcedente a exigência fiscal consubstanciada na Notificação de Lançamento Suplementar e exonerou o contribuinte do pagamento do crédito tributário, principal e multa, no valor total de 180.411,08 UFIRs.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo Nº : 13804.000909/91-19  
Acórdão Nº : 103-19.465

V O T O

Conselheiro SILVIO GOMES CARDOZO, Relator

Trata-se de recurso "ex-officio", interposto pela autoridade julgadora de primeira instância, por força da legislação processual administrativa.

Conforme informado no relatório, a autoridade monocrática, exonerou o sujeito passivo da obrigação tributária consubstanciada na Notificação de Lançamento Suplementar e, recorreu a este Colegiado, tendo em vista que a legislação à época de sua decisão, fixava o limite de alçada em 150.000 UFIR, conforme Artigo 34 do Decreto Nº 70.235/72, com nova redação dada pela Lei Nº 8.748/93.

Por força do Artigo 67 da Lei Nº 9.532/97 e Portaria Nº 333, de 11/12/97 do Ministro de Estado da Fazenda, o limite de alçada previsto no diploma legal retro mencionado, foi alterado para R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais), estando incluído neste montante, os lançamentos principal e decorrentes. Tendo em vista que o crédito tributário, objeto do presente recurso não atinge, o citado limite, conforme quadro abaixo, deixo de conhecer o recurso, uma vez que a decisão prolatada é definitiva e eficaz e por essa razão, irrecorrível.

TRIBUTOS	VALORES EM UFIR			TOTAL EM REAIS
	PRINCIPAL	MULTA	TOTAL	
I.R.P.J.	120.341,88	60.170,94	180.512,82	164.411,08
<b>TOTAL</b>	<b>120.341,88</b>	<b>60.170,94</b>	<b>180.512,82</b>	<b>164.411,08</b>

Nota: Valor da UFIR em Setembro/1997: R\$ 0,9108

C O N C L U S Ã O:

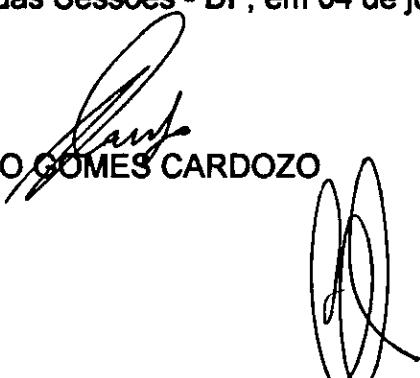


MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo Nº : 13804.000909/91-19  
Acórdão Nº : 103-19.465

Ante o exposto, voto no sentido de não conhecer o recurso "ex officio" interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP.

Sala das Sessões - DF, em 04 de junho de 1998

  
SILVIO GOMES CARDOZO